

O sexo e o cálculo do PIB

José Pio Martins (*)

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos bens e serviços finais produzidos dentro do país

O termo "bruto" significa tudo que é produzido sem considerar a depreciação do que foi utilizado no caminho, como estradas, ferrovias, prédios, máquinas, equipamentos, móveis e outros bens de capital, que se desgastam sem desaparecer.

Em uma fábrica de sapatos, o produto são os calçados produzidos sem descontar o desgaste das máquinas. Tais máquinas um dia terão de ser substituídas, por isso dizemos que elas foram "consumidas" pelos sapatos fabricados durante sua vida útil.

O PIB apareceu pela primeira vez em 1924 para medir a economia dos Estados Unidos. Mais adiante, nos anos 1930, o presidente Franklin Roosevelt encarregou Simon Kuznets de elaborar indicadores mais eficientes sobre a renda e o produto nacional. Nascia ali a metodologia hoje utilizada no mundo inteiro, apesar de o modelo apresentar algumas falhas.

Um exemplo: se uma família contrata uma empregada para os trabalhos domésticos, o fato de ser registrada e remunerada faz que o serviço prestado por ela entre no cálculo do PIB. Mas, se a própria mãe faz os trabalhos da casa, isso não entra no PIB.

Outro problema é a dificuldade de somar coisas diferentes. A solução para somar toneladas de cenouras com litros de leite e quantidade de vacinas, por exemplo, é tomar tudo por seu preço de mercado. Nisso reside um problema: se dois homens vão a dois médicos distintos para consulta, o primeiro paga R\$ 100 e o segundo paga R\$ 350, os dois serviços médicos entram no PIB pela soma dos honorários.

Na contabilidade nacional da assistência médica é lançado o valor de R\$ 450 e uma distorção é criada, pois, apesar da diferença

de preço, os dois serviços são iguais. Outra questão envolvendo o PIB é seu caráter amoral. O PIB é uma medida do que a nação produz, não importando a razão por que produz. A Inglaterra resolveu incluir nas Contas Nacionais (nome da contabilidade do país) os serviços sexuais oferecidos pelas prostitutas, por uma questão simples.

Se alguém vai ao cinema, o serviço de lazer que ele comprou está no PIB. Os serviços vendidos pela Disney estão no cálculo do PIB norte-americano, assim como o preço pago por um torcedor para ver uma partida de futebol também está. Não há razão para que os serviços sexuais não estejam no cálculo do PIB. É um serviço de lazer, como outro qualquer. O mesmo acontece com as drogas.

Se alguém produz e alguém compra, as drogas devem entrar no cálculo do PIB, sem considerações morais ou religiosas. Os que condenam a inclusão desses bens e serviços no PIB estão, como diria o filósofo André Comte-Sponville, fazendo confusão das ordens.

O PIB é apenas uma contabilidade, sem considerações morais, religiosas ou legais. As armas produzidas no mundo estão no PIB, ainda que sejam usadas para matar.

Apesar de ter defeitos, o PIB é o melhor indicador da produção de bens e serviços dentro das fronteiras geográficas do país. O crescimento do PIB é a principal condição para melhorar o bem-estar da população e o principal desafio é como fazê-lo crescer regularmente todos os anos a taxas superiores ao crescimento populacional.

Se a sociedade decidir que não quer determinadas atividades, como é o caso do sexo e das drogas, a solução não está em deixar de contabilizar tais produtos, uma vez que eles existem, mas conseguir proibi-los e bani-los. Jogar o termômetro no lixo não cura a febre de ninguém.

(*) - Economista, é reitor da Universidade Positivo.

Bancada PMDB quer fechar questão sobre reforma da Previdência

A liderança do PMDB na Câmara vai solicitar à presidência do partido a realização de uma reunião executiva para deliberar sobre a possibilidade da bancada fechar questão em torno da votação da reforma da Previdência. Segundo o líder do partido na Câmara, Baleia Rossi (SP), a maioria da bancada já sinalizou que pode fechar questão em favor da aprovação da emenda constitucional que altera as regras de acesso à aposentadoria.

Quando um partido fecha questão, os parlamentares que não acompanham a decisão da executiva podem ter penalidades, como suspensão de atividades partidárias ou até mesmo expulsão da legenda. A assessoria da presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), disse que ainda não há previsão sobre a reunião da Executiva do partido.

A proposta, que trata da reforma da Previdência, aguarda análise do plenário da Câmara



Líder do partido, Baleia Rossi disse que maioria da bancada sinaliza a favor.

desde maio e ainda não foi votada devido à dificuldade da base governista em reunir o número mínimo de votos necessários. No último fim de semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniu com o presidente Michel Temer e líderes de diferentes partidos para negociar estratégias de retomada da tramitação da proposta.

As lideranças partidárias estão articulando os votos com suas bancadas e, segundo Maia, até o fim desta semana deve decidir se vai colocar ou não a proposta em votação este ano (ABR).

Senado analisa proposta que aumenta repasse da União para os Municípios

O Senado pode votar nesta semana, em primeiro turno, a proposta que aumenta o repasse da União às prefeituras por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O projeto, cuja discussão em plenário começou ontem (5), determina a elevação de um ponto percentual no fundo entregue aos estados e municípios, oriundo das arrecadações do Imposto de Renda (IR) e do IPI.

A distribuição dos recursos será alterada de 49% para 50%, e o novo repasse será feito em setembro de cada ano. De acordo com os defensores da proposta, os municípios, historicamente, recebem os menores valores em setembro e outubro devido à restituição do IR dos contribuintes. Se aprovado em dois turnos, o texto segue para análise dos deputados. Esta é a quarta PEC que tramita sobre o tema: em 1997, 2007 e 2014, os parlamentares já aprovaram emendas que aumentaram o percentual de 47% para 49%.

Ao defender a aprovação, o senador Armando Monteiro (PTB-PE), relator do texto,



Se aprovado em dois turnos, o texto segue para análise dos deputados.

citou as razões do aumento das despesas e da queda real na transferência do FPM para os municípios, como pisos salariais de determinadas categorias e a retração do PIB entre 2014 e 2016.

Caso a proposta seja adicionada à Constituição, a expectativa do relator é de que o

repasse seja de R\$ 5,6 bilhões em 2021, ao fim do aumento gradativo do fundo. Em 2016, a transferência aos municípios no mês de setembro foi de R\$ 4,1 bilhões.

Também está na pauta a PEC que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, com

o objetivo de obter recursos para as forças policiais dos estados. O financiamento virá de parte da arrecadação de impostos cobrados de indústrias de armamento, de empresas de segurança privada e de contribuições com parcela do lucro líquido das instituições bancárias e financeiras (ABR).

PGR pede recolhimento noturno de Lúcio Vieira Lima

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF que sejam impostas medidas cautelares contra o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), irmão do ex-ministro Geddel Vieira Lima. Ambos foram denunciados por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Dodge quer que Lúcio fique em casa durante a noite, quando não estiver exercendo suas funções na Câmara, e que também seja proibido de deixar sua residência durante os dias de folga.

Segundo a procuradora-geral, o deputado continua tentando manipular provas e obstruir as investigações. A denúncia está relacionada à apreensão de R\$ 51 milhões em espécie, feita pela PF, em um apartamento em Salvador. O pedido será analisado pelo ministro Edson Fachin, relator do inquérito no Supremo. Segundo a denúncia, o dinheiro apreendido seria resultante de diferentes esquemas de corrupção investigados nas operações Lava Jato, Cui Bono e Sépsis.

"Para os investigadores, não há dúvidas de que o dinheiro localizado no imóvel é resultado de práticas criminosas como corrupção passiva e peculato", disse a PGR em nota. Um dos principais esquemas seria a fraude na liberação de créditos da Caixa no período entre 2011 e 2013, quando Geddel era vice-presidente de Pessoa Jurídica da instituição.

Dodge solicitou ainda que seja aberto um novo inquérito para investigar se a família Vieira Lima se apropriou dos salários de secretários parlamentares lotados no gabinete de Lúcio, mas sobre os quais há a suspeita de que não tenham exercido as funções públicas para as quais estariam designados. A reportagem tentou contato com a defesa dos denunciados, mas não obteve retorno (ABR).

Perto de completar 30 anos, PSDB realiza convenção no sábado

Além da definição da nova direção partidária, propostas de mudanças no estatuto da sigla discutidas em reunião da Comissão Executiva Nacional, no último dia 30, devem ser aprovadas no evento, que ocorrerá no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília. Como destaca o secretário-geral da legenda, deputado Sílvio Torres (SP), o partido vem construindo uma unidade capaz de trazer novos tempos para a sigla, que completa 30 anos em junho de 2018.

Ao longo deste período, o partido que comandou a Presidência da República entre 1995 e 2002 alcançou um vasto legado de conquistas para o Brasil e reforça seu compromisso com princípios como a busca pelo desenvolvimento social, pelo equilíbrio das contas públicas e pela defesa de boas práticas na administração pública.

Os números mostram a força política do partido de Norte a Sul: cerca de 1,4 milhão de filiados, mais de 800 prefeitos,



Presidente em exercício, Alberto Goldman, com Sílvio Torres e Carlos Sampaio.

5,3 mil vereadores e seis governadores, além de bancadas numerosas e influentes nas duas Casas. Há ainda os segmentos que atuam em áreas específicas e representativas de parcelas expressivas da sociedade brasileira: Tucanafro, PSDB Sindical, PSDB Mulher, Juventude e Diversidade Tucana.

Sob coordenação do deputado Carlos Sampaio (SP), está em debate um novo código de

conduta do partido, inclusive com a instituição de um sistema de compliance, que busca, entre outros objetivos, dar mais transparência aos atos do partido. Segundo o secretário-geral, outro tema em discussão é o anteprojeto sobre primárias no partido, para definir como os tucanos deverão proceder em escolhas futuras de candidatos a cargos majoritários (psdbnacamar).

Novo governo do Zimbábue frustra anseios por mudanças

Tomou posse na segunda-feira (4) o gabinete de 22 ministros do novo presidente do Zimbábue, Emmerson Mnangagwa, um grupo formado majoritariamente por militares e expoentes da velha guarda do partido Zanu-PF, que interrompeu os 37 anos do antigo aliado Robert Mugabe no poder. O perfil dos ministros escolhidos por Mnangagwa decepcionou aqueles que esperavam alguma mudança no país africano, como sindicalistas e as milhares de pessoas que celebraram na capital Harare após a queda do velho mandatário.

O general-maior Sibuiso Moyo, porta-voz das Forças Armadas e rosto da intervenção que culminou na queda de Mugabe, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, enquanto o chefe da pasta de Finanças, Patrick Chinamasa, foi mantido no governo, assim como outros oito ministros do ex-presidente. Já o marechal da Aeronáutica Perence Shiri foi alocado no Ministério de Agricultura - o militar esteve diretamente envolvido no assassinato de 20 mil opositores em Matabe-



Ministros tomam posse sob a foto de Emmerson Mnangagwa.

leland, no início dos anos 1980, por uma brigada treinada pela Coreia do Norte.

O líder dos veteranos da guerra, Chris Mutsangwa, se tornou ministro da Informação. Uma organização de sindicatos zimbabuianos já declarou que os trabalhadores estão "muito decepcionados" com o gabinete de Mnangagwa, ex-vice-presidente que havia sido destituído por Mugabe e que acabou articulando um golpe para derrubar o mandatário mais longo do mundo.

A oposição esperava que alguns de seus representantes fossem colocados em um governo de transição até as eleições do ano que vem. Mugabe renunciou em 21 de novembro, após ter passado uma semana sob custódia do Exército - ele comandava o Zimbábue desde 1980, primeiro como premier (1980-1987) e depois como presidente (1987-2017). Aos 93 anos, Mugabe pretendia transferir o poder para sua esposa, Grace, que não tinha ligações profundas com a velha guarda de seu partido, o Zanu-PF (ANSA).